

Projeto: Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da produção acadêmica sobre acolhimento institucional para crianças e adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – OLIVEIRA, Ana Paula Granzotto de; MILNITSKY-SAPIRO, Clary. Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade, 4, 622-635, 2007.

2) Resumo e Palavras-Chave – O presente artigo é resultado de uma pesquisa de mestrado realizada em duas instituições de abrigo para adolescentes no Município de Porto Alegre, RS – uma governamental e uma ONG – e teve por objetivo analisar as práticas cotidianas e a estrutura física de cada instituição, visando a identificar possíveis diversidades entre esses elementos. Além de investigar diferenças, o artigo traz uma reflexão crítica acerca das políticas públicas na área de abrigo e acolhimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Através da análise do conteúdo das falas de adultos e adolescentes participantes, procurou-se descrever o quanto políticas macro e micro interferem no acolhimento oferecido. Enfatizou-se a complexa relação entre o caráter provisório da medida de proteção, preconizada pelo ECA, e a importância do vínculo entre cuidadores e abrigados para um trabalho de integração social que vise à ressignificação das histórias de vida dos adolescentes.

Palavras-Chave: ECA; abrigo; adolescentes; políticas públicas.

3) Objetivo do estudo – O objetivo deste artigo é refletir acerca das políticas públicas para a área de abrigo e acolhimento, especialmente no que se refere ao abrigamento de adolescentes e à provisoriedade da medida.

4) Tipo de pesquisa – Qualitativa.

5) Período da pesquisa – Não identificado.

6) Forma de coleta de dados – O trabalho de campo tomou por base os dados coletados na pesquisa de mestrado, conforme explicitada no item observações e destaques. Esta pesquisa ouviu adolescentes e adultos cuidadores das instituições Recriar e Renascer, no Município de Porto Alegre, RS.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Através da análise do conteúdo das falas de adultos e adolescentes participantes, procurou-se descrever o quanto políticas macro e micro interferem no acolhimento oferecido. Os autores de referência na análise dos dados foram: Winnicott (1999); Delgado (2000); Santos (2004); Levisky (2005); Fonseca (2004); (Milnitsky-Sapiro, 2005); Sposito (2003), Abramo (1997) e Pais (1993).

8) Resultados / dados produzidos - A cultura da transitoriedade dificulta o estabelecimento de vínculos entre adultos e adolescentes, já que os dois lados percebem “um tempo provisório” que os une, o que fragiliza a confiança e a dedicação recíprocas. O abrigo, então, acolhe o adolescente como se este estivesse em trânsito, o que inviabiliza o reconhecimento de singularidades nos muitos que, infelizmente, não “estão só de passagem”. O que se constata na prática é que a transitoriedade preconizada no ECA muitas vezes é utilizada para justificar a transferência entre instituições ou entre unidades de uma mesma instituição. No entanto, ao investigar as verdadeiras razões de uma transferência, é comum encontrar eventos de não obediência às “normas” da instituição. Pode ainda ser a prática da transitoriedade justificada através da transferência entre unidades da instituição com o objetivo de cumprir a determinação de diretrizes institucionais – para garantir os parâmetros de separação por idade e gênero. Por outro lado, constatou-se também nesta pesquisa dúvidas e angústias em relação a como as decisões institucionais poderão afetar as vidas dos “jovens desligados”. A falta de perspectiva para o adolescente que completa os dezoito anos é apontada como um dos principais aspectos ansiogênicos para os adultos cuidadores. Porém, o que parece não ser levado em consideração, quando se reporta ao futuro, são as experiências do passado e a sempre presente constatação de um contexto social carregado de depreciação, injustiças e falta de oportunidades para os jovens; especialmente para os jovens das classes menos favorecidas. Uma das sugestões oferecidas por alguns técnicos para esse dilema é uma forma de continuação do atendimento através de parcerias com outras secretarias – como o Demhab, por exemplo – nas quais se poderia tentar garantir a continuação do trabalho. É imperativo que se adote uma postura de maior clareza frente às definições de papéis, funções e valores de instituições de abrigo, pois só então a sociedade, através dessas instituições, poderá cumprir uma função realmente organizadora (LEVISKY, 2005). Segundo os adultos, muitas vezes é inviável propor um trabalho pautado em termos de perspectivas de futuro com os adolescentes, uma vez que a provisoriedade pode atravessar-lhes a vida a qualquer momento. Talvez seja a hora de, no que tange à questão da transitoriedade da medida, encontrar um meio termo entre a crueldade de um abrigo “definitivo” – implementado pelas grandes instituições massificadas do passado – e um abrigo muitas vezes volátil e descartável, implementado por diversas instituições do presente: um abrigo pautado por um plano de futuro para os abrigados e preocupado também com a continuidade do acolhimento oferecido (Winnicott (2002), Levisky (2005), Santos (2004). Constata-se, dessa forma, o quanto a transitoriedade interfere na prática cotidiana e no estabelecimento de um profícuo vínculo entre adultos cuidadores e adolescentes e ainda pode ser utilizada como explicação para a falta de compromisso da permanência do adolescente no abrigo e com o processo e a experiência com o cuidado.

9) Recomendações – Acredita-se ser imprescindível refletir acerca de outras possibilidades de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de abandono distintas do modo de abrigo que se conhece até o momento. Uma certa prudência com a efetivação da transitoriedade também deve ser contemplada, pois verifica-se que, em muitos casos, essa medida é indiscriminadamente aplicada, simplesmente para números promissores aparecerem nas estatísticas sobre o abrigamento.

Um outro modelo pode nascer quando os receios das institucionalizações massificadas abrirem espaço para levar em consideração que, algumas vezes, o abrigo é a última opção para inúmeras crianças e adolescentes que não estão em trânsito e que têm o direito de ser bem acolhidos. E, se isso se der junto a um familiar, tanto melhor. Normalmente, a medida de abrigo tem o seu fim no momento do desligamento de um adolescente. As normas institucionais precisam ser revisadas por seus atores na medida em que priorizam “o desligamento” como elemento principal da institucionalização. Mesmo quando – e isso é o que infelizmente acontece, na grande maioria das vezes – os adolescentes não possuem um lugar para ir e deverão deixar para trás, mais uma vez, uma vida, uma história - que muitas vezes já estava sendo (a duras penas) ressignificada.

10) Observações e destaques – O presente artigo é resultado de uma pesquisa de mestrado realizada em duas instituições de abrigo para adolescentes no Município de Porto Alegre, RS – uma governamental e uma ONG– e teve por objetivo analisar as práticas cotidianas e a estrutura física de cada instituição, visando a identificar possíveis diversidades entre esses elementos.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.